

seja, a maior vítima da letalidade do estado são homens negros, jovens. Eles não são brasileiros? É a pergunta que eu continuo fazendo. Nesse mesmo anuário, você olha que o número de assassinatos por arma de fogo na sociedade civil diminuiu em 11. No entanto, os assassinatos por arma de fogo da polícia, da segurança pública aumentaram em 19 em 2018. Essas pessoas não são brasileiras que morrem pela arma de fogo? A arma de fogo hoje a gente vem debatendo amplamente, tanto na Alerj quanto em todas as assembleias e câmaras Brasil a fora, sobre a permissividade delas. Há quem defenda, inclusive agente do poder público, que a arma salva vidas. Hoje, as armas são responsáveis por quase metade dos feminicídios. A estimativa é que, com a legalização e a abertura de mais armas para a população, esses números aumentem. Essas mulheres vítimas de violência contra a mulher, vítima de feminicídio, elas não são brasileiras? Quando você olha o número de suicídios hoje dos agentes de segurança pública, eles são maiores do que os agentes mortos em combate. Foram mortos, como o capitão Maicon aqui falou, 84 agentes no ano de 2018. No entanto, 105 agentes retiraram a própria vida com a sua arma de fogo, cedida pelo estado por suicídio. Dentro desse suicídio, é alegado dificuldade de trabalhar, poucas condições de trabalho, pouca segurança e a síndrome de pânico e perseguição. Esses agentes da segurança pública vítimas de suicídio, que para mim esse galtilho é apontado pelo estado, porque suicídio não é um ato individual, é um ato coletivo; esses 105 agentes não são brasileiros? É a pergunta que eu sigo fazendo. DJ Renan da Penha fazia bailes semanalmente, que reuniam pelo menos 10 mil jovens. Jovens de periferia, jovens em que o orçamento da cultura não chega, jovem em que o orçamento do território não chega, o orçamento da educação não chega. Mas o baile funk chegava, sim, porque era na esquina da sua casa, era lazer, cultura e entretenimento. Hoje, DJ Renan está preso e o Baile da Gaiola não funciona mais; e os bailes que seguem no Rio seguem tendo a lógica de perseguição. Não há outro... Não há outra saída para a juventude. Não há outro equipamento de cultura sendo oferecido no lugar dos bailes funk. Mas, ainda assim, os bailes funk são recriminados, a juventude é perseguida e é inclusive vítima de operações policiais até mesmo dentro dos bailes funk. Será que vale tudo para acabar com o tráfico de drogas? Será que vale tudo para acabar com a violência? E se vale tudo, por que não vale saúde, por que que não vale educação, por que não vale fomento ao território e o fortalecimento da identidade desse jovem? Porque, para mim, isso salva vidas. E não é só para mim, é para a Defensoria Pública, é para o Ministério Público, é aqui para a Unicef, é para todos e todas que aqui vieram questionar como há de reduzir homicídios da juventude. A forma de reduzir homicídios é investir em políticas públicas totalizantes.

Por fim, fecho perguntando novamente a essas mães: o luto de mãe como está escrito na sua camisa e a dor que não passa. Porque todos nós aprendemos, desde pequeno, não importa a nossa religião, que a lei natural da vida é que o filho enterra a mãe e que não há dor pior do que a mãe enterrar um filho. A cada 23 minutos, um jovem negro morre. Mas, a cada 23 minutos também, uma mãe preta fica de luto, sobrevive a esse estado adoecendo dia a dia. Essa mãe preta e esse jovem, eu pergunto a todos vocês, eles não são brasileiros?

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Perguntas que não querem calar, mas perguntas que seguem e que a gente precisa dar um caminho para essas perguntas. Importante dizer aqui que a Secretária de Polícia Civil e a Secretária de Educação foram convidadas a estarem neste momento, nesta audiência, e, portanto, não enviaram seus representantes. E também não enviaram a justificativa de sua ausência. Ou seja, qual é o objetivo final? O que prevê essas Secretarias para a redução concreta do número de homicídios? Ou se um número elevado de homicídio faz parte dessa política de estado, que tanto essas representações aqui não estão. Ou seja, perguntas que continuam pertinentes e perguntas que faremos na nossa ação de responsabilização das secretarias, tanto de Polícia Militar como de Polícia Civil, e também a Secretária de Educação; porque entendemos a interseccionalidade, a interdisciplinaridade desses temas, e é por isso que essa interseccionalidade é algo também buscado com os encaminhamentos aqui previstos e que a gente pôde anotar alguns.

Então, reconhecer, fazer com que o estado reconheça que o fenômeno do genocídio da juventude negra, como um problema de estado, como um problema desse estado brasileiro; e determinar que o seu enfrentamento seja a prioridade da gestão pública em âmbitos municipal, estadual e também federal, a fim de ampliar e efetivar o grau de eficiência das políticas públicas.

Outro encaminhamento: aprovação imediata do PL Ágatha, de nossa autoria, que pede a prioridade das investigações no caso de homicídios de crianças e adolescentes no âmbito da Polícia Civil. Que o estado realize a busca ativa, tão trazida aqui pela Unicef e também pela Defensoria Pública, desses alunos e dessas alunas evadidas. Qual seriam os motivos dessa evasão escola e, portanto, o estado também precisa se responsabilizar, dar visibilidade à situação de vulnerabilidade a que está submetida a juventude negra nas agendas dos diversos segmentos sociais. Ampliar espaços de reflexões sobre a violência letal contra a juventude negra. Aumentar a porcentagem de cotas e políticas afirmativas, como trouxe aqui a senhora Lívia Caseres, para que o ingresso e a permanência de pessoas negras em universidades públicas e privadas possa, sim, ser algo real, e não algo *fake*, que muitas vezes a gente vê. Cobrar o compromisso do Instituto de Segurança Pública na elaboração do Dossiê Criança e Adolescente anual. Sem dúvida nenhuma, hoje ter um ataque à luta por conhecimento, à produção de conhecimento virou algo de muitos governos. Ou seja, ataca-se o IBGE. Ataca-se o próprio Instituto de Segurança Pública, que produz dossiês anuais, inclusive o Dossiê Mulher, que são fundamentais para que o próprio estado crie políticas públicas para sanar esse problema.

Então, tem aqui o compromisso desta audiência pública de buscar elaboração do Dossiê Criança e Adolescente anual, no âmbito do ISP. Monitoramento do impacto da violência, contínua, armada nas escolas. Também uma outra reivindicação apontada pelo Unicef. Articulação frequente das Secretarias de Polícias Militar e Civil e Secretária de Educação, com o protagonismo da Secretária de Educação. Isso não é à toa, porque muitas vezes vemos a negligência dessa secretaria e apontar soluções. Por exemplo, quando um jovem morre dentro da escola ou morre com a camisa da escola. Qual é a responsabilidade do secretário de educação sobre essas mortes? E, quando se cala, está se omitindo, está sendo negligente também com essas mortes. Também apresentar aqui os encaminhamentos apresentados pela Defensoria Pública com relação da excepcionalidade absoluta em ações perto de escola. Tem que ser fundamentado, para que possa mitigar esses danos. Equipamento educacional para efetuar... Miinto. Trazer todo o debate sobre o equipamento educacional sendo utilizado como base operacional. Isso é um absurdo. Nós também oficiaremos as secretarias, tanto de Polícia Militar quanto a Civil e a de Educação, para saber se essas denúncias que hoje chegam na Defensoria Pública como podem agir essas secretarias para que isso não ocorra mais? Mapeamento da suspensão das aulas por causa das ações policiais. Sem dúvida nenhuma, também precisamos fazer com que o Instituto de Segurança Pública apresente esse mapeamento, porque o Instituto de Segurança Pública é uma política de estado, não é uma política de governo. Protocolos oficiais entre as Secretarias de Segurança e as Secretarias de Segurança, Polícia Militar e Civil e de Educação. Quando falamos de protocolos, estamos dizendo que não queremos saber quais são o número de quantitativo, qual é a informação privilegiada da investigação que levou àquela operação, mas que possam ter protocolos claros e objetivos sobre essas ações, principalmente perto de escola e por que, em algum momento, essas ações poderiam se justificar ou não. Tão importante, trazendo essas iniciativas como encaminhamentos fundamentais dessa audiência pública, que sem dúvida nenhuma está aqui muito mais para fazer com que a redução do número de homicídios da juventude negra seja uma política pública do governador do estado, que muitas vezes não só negligencia como traz toda uma fala, uma situação completamente contrária à dignidade humana quando negligencia essas mortes, quando faz dessas mortes planque. E é por isso que essa audiência pública traz todos esses encaminhamentos.

Nesse sentido, gostaria de agradecer a presença de todas e de todos, agradecendo inclusive os movimentos sociais que aqui estão e que acompanham a pauta e a luta pela dignidade humana na favela e nas periferias. Agradecer as mães e os pais que sentem dor, que sentem dor não só quando perdem seus filhos, mas sentem dor depois que têm que provar que seus filhos são inocentes, como se isso pudesse ser algo crível diante de um assassinato, de uma morte.

Então, agradecer a presença de vocês e colocar a Comissão de Direitos Humanos também à disposição. Lembrar inclusive que nós, na presidência da Comissão de Direitos Humanos dessa Casa, apresentamos um projeto de lei, que foi aprovado por essa Casa e que aguarda a sanção do governador do estado, que diz sobre um programa de redução e prevenção do número de homicídios de policiais. Portanto, aproveitar a presença do senhor Maicon para dizer que é importante cobrar do governador do estado que sancione essa lei, uma vez que essa é uma política pública concreta para a redução do número de homicídios e suicídios dos próprios policiais, que muitas vezes estão indo para a linha de frente de uma maneira completamente desordenada com relação à sua saúde mental.

Então, também queremos que o governador se comprometa com a redução do número de homicídios da juventude negra, mas também dos policiais, sancionando esta lei.

A senhora Mária Gatto gostaria de fazer alguma sugestão? A SRA. MÁRCIA GATTO - Sim. Obrigada, deputada Renata Souza. Só, rapidamente, primeiro é: essas propostas que vocês estão encaminhando, sem margem a dúvida, refletem bem tudo o que a gente discutiu aqui. E eu quero estar me comprometendo, enquanto Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente, a estar encaminhando para essa Casa essas propostas de deliberação que a gente... Propostas de diretrizes, na verdade, que a gente vem construindo nesse conselho; e dizer que a gente já tem... A gente está nessa fase que está fechando as propostas, e nós já temos proposta, e elas de fato caminham lado a lado também com o que foi dito aqui e suas propostas. Muita coisa também similares. A gente já tem, fechando a questão da saúde, de educação, assistência social e direitos humanos. E temos outro também bojo de áreas que a gente vai estar desenvolvendo.

Então, nós vamos estar ainda essa semana fazendo uma reunião para fechar pelo menos essas quatro. E eu acho que a gente pode estar encaminhando para vocês essa proposta. E, ao final, quando a gente finalmente deliberar essa política estadual de prevenção e enfrentamento aos homicídios de crianças e adolescentes, encaminhando também para essa Casa; e que essa Casa pense até na possibilidade de virar um projeto de lei, algo semelhante.

Muito obrigada. A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Bom, muito obrigada, senhora Mária Gatto. É importante trazer e também colocar na proposta a reposição das aulas perdidas em função dos confrontos. Isso é algo que é fundamental. A Shirlei lembra sobre esse tema, que também, nessa tentativa de responsabilizar prioritariamente a Secretaria de Educação, que a gente possa, assim, fazer esse encaminhamento junto.

Então, agradecer a presença de todos e de todas. Em cumprimento às normas regimentais, declaro encerrados os trabalhos da presente audiência pública e agradeço a presença de todos, todas e todos.

Boa-tarde. (Palmas)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às dez horas, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, com a presença da Senhora Deputada Renata Souza - Presidenta e a Comissão de Trabalho, Seguridade Social e Legislação Social, com a presença da Senhora Deputada Mônica Francisco, Presidenta, para tratar do tema: "Privatização dos Presídios". Sua Excelência, a Presidenta Deputada Renata Souza, declarou aberta a Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado em vinte e oito de agosto de dois mil e dezoito. Sua Excelência, a Senhora Presidenta, Deputada Renata Souza, informou que todos os encaminhamentos da presente audiência seriam enviados, por ofício e, solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência Pública. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidenta suspendeu a reunião, para que eu, Viviane Nicolau de Sousa da Rocha, Secretária, matrícula 201.666-5, lavrasse a presente Ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pela Senhora Presidenta. Plenário Barbosa Lima Sobrinho, em vinte e nove de agosto de dois mil e dezoito. (a)/Viviane Nicolau de Sousa da Rocha - Secretária - Mat. 201.666-5; (a)/Deputada Renata Souza - Presidenta.

(Notas taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Bom-dia. Declaro abertos os trabalhos da audiência pública conjunta das Comissões permanentes de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e de Trabalho Legislação Social e Seguridade Social, para debater o tema: Privatização dos Presídios. A presente audiência foi deliberada nas respectivas Comissões e teve o seu edital publicado em 28 de agosto de 2019.

Gostaria de pedir aos senhores e às senhoras que estão no público, que estão nas galerias, que pudessem deixar expresso todo tipo de opinião nas galerias, para que a gente possa fazer um debate democrático e ouvir todas as vozes com relação à privatização dos presídios.

Gostaria que os senhores e as senhoras pudessem se colocar nos seus lugares, para que a gente consiga dar encaminhamento a nossa audiência pública tão solicitada pelos agentes penitenciários e por pessoas em privação de liberdade e familiares. Ou seja, é um tema que diz respeito a toda a população, principalmente àqueles que hoje trabalham no sistema penitenciário.

Portanto, peço a colaboração de quem está nas galerias, de quem está aqui no plenário, para que a gente possa levar este debate de maneira concreta, democrática e transparente como tem que ser.

É importante falar que o encarceramento reflete cada vez mais a tentativa de ocultar problemas sociais, tais como o racismo, a pobreza, o desemprego, a falta de acesso à educação, a moradia e tantos outros. O Brasil é a terceira população carcerária do mundo. Isso quer dizer que são mais de setecentas mil pessoas em privação de liberdade. E já poderíamos ter ultrapassado um milhão de pessoas caso todos os mandados de prisão fossem cumpridos.

Nessa onda de super encarceramento mundial, a expansão do complexo industrial prisional é, infelizmente, uma tendência global. Essas empresas de segurança têm lucrado com o aprisionamento, transformando a liberdade em objeto de mercantilização. Precisamos falar que pessoas aprisionadas, pessoas que estão cumprindo a sua pena não podem gerar lucro para ninguém.

A gente precisa falar que o Estado não pode se eximir do seu dever de ressocialização das pessoas privadas de liberdade, do seu dever de reintegrá-los à sociedade. Afinal de contas, estado tem uma obrigação concreta: ressocialização das pessoas apenadas. E empresas têm também uma geração de lucro que é inerente da construção de empresas. Então, a gente tem aí um conflito de interesses. Qual é o interesse do Estado e quais são os interesses dessas empresas?

Quero trazer também exemplos de parceria público-privada no Brasil que não possibilitam que nós possamos acreditar que a saída para o caótico sistema prisional seja de fato uma privatização. Porque a gente tem concretamente nas experiências já demonstradas em presídios de cogerção privatizada que muitas vezes ferem direitos garantidos aos presos e às presas e também aos trabalhadores do sistema prisional.

No sistema prisional no Rio de Janeiro, por exemplo, que abriga cinquenta e quatro mil presos, já existem várias experiências de serviços terceirizados. Como, por exemplo, alimentação e alguns serviços de saúde. E isso não garantiu a boa qualidade do atendimento. Pelo contrário, a alimentação é uma queixa constante das unidades prisionais. E, no que se refere à saúde, a situação é precária. Só este ano, foram a óbito mais de cem presos. E recentemente foi noticiado um surto de meningite. Este tema, inclusive, foi pauta de uma das audiências públicas sobre saúde no sistema prisional feito pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania aqui da Alerj, a qual eu presido.

No que se refere às condições de trabalho e salários, em geral, caem pela metade e não há nenhuma estabilidade. Só as empresas privadas vão se beneficiar com a parceria público-privada. E a gente precisa falar disso. Por isso a importância de trazer um debate substancial a esta Casa, que tem um dever de rechaçar qualquer PL que seja reconhecidamente um fracasso para os trabalhadores que estão no sistema penitenciário.

E aqui eu já quero saudar a ampla presença de trabalhadores, agentes penitenciários, que precisam ter resguardados os seus direitos enquanto trabalhadores e a sua dignidade. Portanto, quero trazer aqui a Deputada Mônica Francisco, que também está presidindo esta Sessão, porque é presidenta também da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social desta Casa. E a Deputada Mônica Francisco fará uso da palavra agora.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Bom-dia a todos e todas que se encontram hoje ocupando o plenário da Alerj. Este tema é um tema delicado, é um tema polêmico, é um tema complexo. Principalmente no que se refere às condições de trabalho dos funcionários e funcionárias que atuam no sistema penitenciário, também aos apenados e, consequentemente, à toda a sociedade.

Nós estamos falando numa diminuição das atribuições do estado; nós estamos falando de uma defesa incondicional dos direitos mais fundamentais, do direito ao trabalho digno, do direito a segunda chance, no que se refere ao processo de ressocialização. E, nesse ponto, o estado brasileiro tem sido ineficaz.

O estado brasileiro tem produzido uma série de iniquidades; dentre elas, o desgaste histórico dos processos de trabalho, no que se refere aos agentes e as agentes, e ao processo de não ressocialização destas pessoas. O super encarceramento produz problemas não só para o sistema carcerário como um todo, mas para o todo da sociedade. Nós perdemos força produtiva, perdemos a possibilidade de uma sociedade mais igual, menos injusta, menos violenta, que produza fenômenos como super encarceramento brasileiro, que é nada mais e nada menos do que a continuidade da precarização da vida tanto daqueles que trabalham nesse sistema, porque são tão penalizados e penalizadas, quanto daqueles que estão cumprindo as suas medidas.

Nessa manhã, nós temos um desafio; é um tema caloroso, toca profundamente, não é à toa que esse plenário se encontra lotado, cheio; daqui a pouco chegam mais pessoas. Não é à toa que a imprensa vem divulgando; há uma discussão profunda em diversos setores da sociedade sobre esse tema. E esse projeto de lei que provocou essa discussão mais profunda desse tema que não é novo, nos coloca em xeque e nos faz convergir para um tema. Nós queremos um estado que dê dignidade a toda a sua população; nós queremos um estado que dê dignidade aos seus trabalhadores e trabalhadoras; nós queremos um estado que, de fato, produza uma ressocialização a contento, que nos dê uma capacidade de vivermos em sociedade, sem os processos de violência, inclusive perpetrados por esse próprio estado, porque quando nós falamos em privatização do presídio, nós não estamos falando só de uma violência contra os apenados, nós estamos falando também de uma violência contra os trabalhadores e trabalhadoras; nós estamos falando de um processo de omissão do estado.

E, hoje, nós vamos debater, e pedimos que todos e todas que estão aqui, que terão as suas representações, que terão falas, que nós possamos nos ouvir e que possamos contribuir coletivamente para que nós possamos construir projetos de lei, para que nós possamos incidir na efetivação das políticas públicas em relação a atuação do Executivo, de maneira que seja eficaz para nós. Para todos que saíram das suas casas, vieram até aqui, nessa manhã, que nós possamos nos ouvir, que nós possamos construir pontes para que a gente consiga obter os resultados que todos nós queremos. Nós não queremos que o trabalho feito pelos presos, encarcerados e encarceradas seja uma continuação e uma reconfiguração do sistema escravagista no Brasil. E é disso que nós estamos falando. Nós estamos falando de trabalho forçado, de precarização do trabalho dos funcionários públicos e funcionárias públicas, agentes do sistema; nós estamos falando de uma crise civilizatória e de um retrocesso na sociedade brasileira.

Por isso, nós pedimos que essa manhã seja uma manhã de contribuição, para que nós tenhamos encaminhamentos eficazes, para que saíamos daqui nessa manhã com a certeza de que nós estamos no caminho certo. Nós defendemos os direitos de todas as pessoas, por isso somos defensores - todos e todas que estão aqui - dos direitos humanos ao trabalho, à liberdade, à segunda chance, a processos justos e humanitários.

Então, que tenhamos uma boa audiência; sejam, mais uma vez, todos e todas muito bem-vindos à essa Casa, e damos por iniciada a nossa audiência.

Nesse sentido, a gente quer agradecer a presença de todos e todas, que receberam a nossa solicitação e, de pronto, aceitaram estar contribuindo com o debate aqui nessa Casa. E convidar a fazer uso da palavra a senhora Jaqueline Peixoto, do Voz da Família, familiar de pessoas em privação de liberdade. Muito obrigada pela presença, Jaqueline.

A SRA. JAQUELINE PEIXOTO - Bom-dia a todos!

Me chamo Jaqueline Peixoto; mais uma vez aqui na Casa, lutando pela causa não somente dos presos, mas hoje também vendo o lado dos Desipe, dos funcionários das unidades.

Vemos a precariedade que está o nosso estado, porque muitas vezes nas famílias não sabemos o que está por trás, não olhamos, muitos não conhecem nem reconhecem a LEP, não sabe para que serve, e, com isso, só servimos a acusar. Sendo que, sabemos que há uma falha muito grande, porque há muita falta de profissionais, onde nós, famílias, nos unimos em fazer um abaixo assinado para contratações, porque sem contratações, sem concursos, os funcionários atuais ficam sobrecarregados. E as unidades prisionais estão superlotadas, assim como falam que preso pode estar em cima do outro - que é um absurdo -, porque em minha parte, eu entendo que ele é preso, sim, mas antes disso tudo ele é um ser humano. E se fala sobre ressocialização, ou seja, é aquele pai ou aquela mãe que, ao estar preso, um dia ele vai voltar para casa. E tem que voltar ressocializado, e não ver o presídio como depósito de gente. Está virando depósito de lixo, porque estão tratando os seres humanos como lixo.

Mas isso não é causa e nem culpa dos Desipe ou funcionários, mas sim, vejo eu, em minha parte como família, falta de funcionários, assim, sobrecarregando aqueles que estão em questão; falta de poder qualificar cada vez mais esses funcionários, os quais estão aqui lutando pela mesma causa quanto a privatização. Se os privados de liberdade já passam por necessidades, dificuldades da alimentação, por alimentação de forma desumana, imagine privatizado. Imagine se aquele Desipe, que quando é passado para examinar, visoriar as bolsas - são mais de trezentas por dia -, por privatizado; como será isso? Não somos robôs; não existe robô. Vai privatizar por quê? E a contratação? Tem tantos internos aí lá dentro do sistema prisional precisando de médicos, precisando de psiquiatras. "Ah, ele surtou" - surtou por droga? Somente droga?

Nós sabemos que dependência química é uma doença. Tão constatada como doença, que ela é reconhecida e é dada como direito, até mesmo auxílio doença. E não é uma doença incurável. Agora, se o sistema prisional não tem ressocialização, como que trata o dependente químico dentro de um sistema prisional? É obrigação do Desipe? É obrigação do carcereiro? - não. É obrigação do diretor? - não. É obrigação do governo contratar pessoas qualificadas para ajudar esses seres humanos os quais estão ali em questão, privados de liberdade. Colocar eles na pena máxima, para dar o gostinho a eles da falta de estar dentro de casa; nada vai melhorar.